



# **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF**

## **Audiência Pública**

### **2º Quadrimestre de 2011**

**Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00**

LRF, Art. 9º, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

## Publicações:

**Diário Oficial do Estado nº 19.179, de 23/09/2011.**

**Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre/2011**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 4º Bimestre/2011**

## Encaminhamento do RGF e RREO à ALESC:

**Ofício SEF/GABS nº 830/2011, de 26/09/2011**

## Resultado da Execução Orçamentária

Em Bilhões de R\$

Resultado Orçamentário	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	VARIAÇÃO (%)
1 – Receita Líquida Orçamentária	8,285	9,792	18,19%
2 – Despesa Realizada	8,065	8,781	8,88%
3 – Resultado Orçamentário = (1-2)	0,220	1,011	359,54%

## Receita Total

Em Bilhões de R\$

Resumo da Arrecadação	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	VARIAÇÃO (%)
1 – Arrecadação Bruta	11,548	13,764	19,13%
2 – Deduções (repasse constitucionais e Legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições)	3,263	3,972	21,94%
3 – Arrecadação Líquida (Disponível para o Estado) = (1 – 2)	8,284	9,792	18,20%

## Arrecadação Tributária Bruta

Em Bilhões de R\$

<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2010</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2011</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2011</b>	<b>VARIAÇÃO 2010/2011 (%)</b>
<b>1 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA TOTAL</b>	<b>8,313</b>	<b>9,806</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,96%</b>
<b>1.1 - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (Inclui Multa, Juros e Dívida Ativa)</b>	<b>7,716</b>	<b>9,075</b>	<b>92,55%</b>	<b>17,61%</b>
1.1.1 - ICMS	6,529	7,704	78,56%	18,00%
1.1.2 - IPVA	0,623	0,695	7,09%	11,56%
1.1.3 - ITCMD	0,044	0,060	0,61%	36,36%
1.1.4 - IRRF	0,298	0,378	3,85%	26,84%
1.1.6 - TAXAS	0,222	0,238	2,43%	7,21%

## Arrecadação Tributária Bruta

Em Bilhões de R\$

<b>REPASSES DA UNIÃO</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2010</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2011</b>	<b>PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2011</b>	<b>VARIAÇÃO 2010/2011 (%)</b>
<b>1 - ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA TOTAL</b>	<b>8,313</b>	<b>9,806</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,96%</b>
<b>1.2 - REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA UNIÃO - TOTAL</b>	<b>0,597</b>	<b>0,731</b>	<b>7,45%</b>	<b>22,44%</b>
<b>1.2.1 - COTA PARTE FPE</b>	<b>0,403</b>	<b>0,518</b>	<b>5,28%</b>	<b>28,53%</b>
<b>1.2.2 - COTA PARTE IPI EXPORTAÇÃO</b>	<b>0,146</b>	<b>0,157</b>	<b>1,60%</b>	<b>7,53%</b>
<b>1.2.3 - COTA PARTE CIDE</b>	<b>0,048</b>	<b>0,056</b>	<b>0,57%</b>	<b>16,67%</b>

## Arrecadação Tributária Líquida (Receitas Próprias e Repasses da União)

Em Bilhões de R\$

	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2011	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
<b>1 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA - TOTAL</b>	<b>8,313</b>	<b>9,806</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,96%</b>
<b>2 - DEDUÇÕES DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA</b> (repasses aos Municípios, FUNDEB e Restituições)	<b>3,140</b>	<b>3,685</b>	<b>37,58%</b>	<b>17,56%</b>
<b>2.1 - REPASSE AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>1,975</b>	<b>2,305</b>	<b>23,50%</b>	<b>16,71%</b>
<b>2.2 - FUNDEB</b>	<b>1,160</b>	<b>1,371</b>	<b>13,98%</b>	<b>18,19%</b>
<b>2.3 - RESTITUIÇÕES</b>	<b>0,0051</b>	<b>0,0094</b>	<b>0,096%</b>	<b>84,31%</b>
<b>3 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA LÍQUIDA</b> (Disponível para o Estado) = (1 - 2)	<b>5,173</b>	<b>6,121</b>	<b>62,42%</b>	<b>18,32%</b>



## Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos Limites Constitucionais

**A LRF instituiu mecanismos que visam a manutenção do equilíbrio das contas públicas, dentre eles instituiu limites máximos para:**

- Gastos com Pessoal;**
- Dívidas de Longo Prazo;**
- Contratação de Operação de Crédito (Empréstimos de Longo Prazo);**
- Concessão de Garantias e Contragarantias**

## RESULTADO PRIMÁRIO e RESULTADO NOMINAL

Em Milhões de R\$

<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2010</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2011</b>	<b>Variação 2010/2011 (%)</b>
<b>Meta para o Resultado Primário*</b>	<b>872</b>	<b>875</b>	<b>0,34%</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>848</b>	<b>1,609</b>	<b>89,74%</b>

Em Milhões de R\$

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2010</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2011</b>	<b>Variação 2010/2011 (%)</b>
<b>Meta para o Resultado Nominal*</b>	<b>554</b>	<b>229</b>	<b>-59%</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>( 427 )</b>	<b>( 1,469 )</b>	<b>244%</b>

\* As metas de Resultado Primário e Resultado Nominal deverão ser comprovadas no final do exercício.

## Gastos com Pessoal – Setembro/2010 a Agosto /2011

	<b>Despesa Bruta com Pessoal</b>	<b>Despesas Não Computadas (Deduções LRF)</b>	<b>Despesas para Fins do Limite da LRF</b>	<b>Gasto com Pessoal em Relação à RCL (%)</b>	<b>Limite Legal</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite de Alerta</b>
	( 1 )	( 2 )	( = 1 - 2 )				
<b>1 – CONSOLIDADO GERAL</b>	<b>8,125</b>	<b>1,391</b>	<b>6,733</b>	<b>50,90%</b>	<b>60,00%</b>	<b>57,00%</b>	<b>54,00%</b>
<b>1.1 – PODER EXECUTIVO</b>	<b>6,521</b>	<b>1,032</b>	<b>5,489</b>	<b>41,49%</b>	<b>49,00%</b>	<b>46,55%</b>	<b>44,10%</b>
<b>1.2 – PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>0,853</b>	<b>0,159</b>	<b>0,694</b>	<b>5,25%</b>	<b>6,00%</b>	<b>5,70%</b>	<b>5,40%</b>
<b>1.3 – MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>0,367</b>	<b>0,163</b>	<b>0,203</b>	<b>1,54%</b>	<b>2,00%</b>	<b>1,90%</b>	<b>1,80%</b>
<b>1.4 – PODER LEGISLATIVO</b>	<b>0,384</b>	<b>0,037</b>	<b>0,347</b>	<b>2,62%</b>	<b>3,00%</b>	<b>2,85%</b>	<b>2,70%</b>
<b>1.4.1 – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO - ALESC</b>	<b>0,259</b>	<b>0,008</b>	<b>0,251</b>	<b>1,89%</b>	<b>2,20%</b>	<b>2,09%</b>	<b>1,98%</b>
<b>1.4.2 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE</b>	<b>0,125</b>	<b>0,029</b>	<b>0,096</b>	<b>0,73%</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,72%</b>

## Dívida Consolidada Líquida

Em Bilhões de R\$

	Saldo em 31/12/10	Saldo em 31/08/11	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
<b>1 - DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>13,579</b>	<b>13,391</b>	<b>-1,38%</b>
<b>2 - DEDUÇÕES</b>	<b>6,114</b>	<b>7,507</b>	<b>22,78%</b>
<b>3 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA = (1-2)</b>	<b>7,464</b>	<b>5,884</b>	<b>-21,17%</b>
<b>(%) EM RELAÇÃO À RCL (Limite Máximo de 200% da RCL)</b>	<b>62,95%</b>	<b>44,47%</b>	<b>-29,36%</b>

## Pagamento da Dívida Pública

Em Milhões de R\$

	<b>Até o 2º Quadrimestre 2010</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre 2011</b>	<b>Participação (%) ANO 2011</b>	<b>VARIAÇÃO 2010/2011 (%)</b>
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>802</b>	<b>944</b>	<b>100,00 %</b>	<b>17,70%</b>
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>273</b>	<b>319</b>	<b>33,79%</b>	<b>16,85%</b>
<b>JUROS E ENCARGOS</b>	<b>529</b>	<b>625</b>	<b>66,21%</b>	<b>18,15%</b>

## Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Em Milhões de R\$

	Situação em 31/08/2010	Situação em 31/08/2011	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
<b>1 - GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>144</b>	<b>101</b>	↓ - <b>29,86%</b>
1.1 - EXTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	6	45	↑ <b>650 %</b>
1.2 - INTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	138	56	↓ - <b>59,42%</b>

<b>2 - RCL</b>	<b>R\$ 11,134 Bilhões</b>	<b>R\$ 13,330 Bilhões</b>	↑ <b>19,72%</b>
(%) SOBRE A RCL = (1/2) (Limite Máximo de 22% da RCL)	1,29%	0,77%	↓ - <b>40,31%</b>

As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

## Operações de Crédito

Em Bilhões de R\$

	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	11,134	13,330	19,72%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE	-	0,053*	-
(%) DA DÍVIDA SOBRE A RCL (Limite Máximo de 16% da RCL)	-	0,40%	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SUJEITAS AO LIMITE (Parcelamento de Tributos e Contribuições)	0,002	0,00025	-87,50%

**\*Operações de crédito realizadas junto ao BID para melhorias físicas e operacionais na infraestrutura rodoviária estadual e junto ao BNDES para financiar emergencialmente os Estados e o Distrito Federal.**



# Cumprimento dos Limites Constitucionais



## Valores Aplicados em Saúde

Em Milhões de R\$

	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
Valor Mínimo a aplicar (12% da RLI)	732	868	18,58%
Valor Aplicado	713	716	0,42%
Aplicação em Saúde (%)	11,70%	9,89%	-15,47%
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI	R\$ 6.099 Bilhões	R\$ 7.233 Bilhões	18,59%

O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício.

# Cumprimento dos Limites Constitucionais



## Valores Aplicados em Educação

Em Milhões de R\$

	Até o 2º Quadrimestre 2010	Até o 2º Quadrimestre 2011	VARIAÇÃO 2010/2011 (%)
Valor Mínimo a aplicar (25% da RLI)	1,525	1,808	18,56%
Valor Aplicado	1,605	1,751	9,10%
Aplicação em Educação (%)	26,32%	24,21%	-8,02%
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI	R\$ 6.099 Bilhões	R\$ 7.233 Bilhões	18,59%

O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício.

**Os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF ao final do 2º Quadrimestre de 2011 evidenciam que:**

- O Governo do Estado está com as finanças em equilíbrio;**
- Cumpre os limites para gastos com pessoal e dívida pública.**

# Prestando Contas



A LRF estabelece obrigatoriedade de publicação dos Demonstrativos Fiscais ( RGF e RREO ).

LRF alterada em 2009 pela L.C. Federal nº 131/09 - Lei da Transparência:

- ✓ Exigência de divulgação de informações sobre receitas e despesas realizadas, em portal de acesso público, com atualização diária;
- ✓ A partir de maio de 2010 os Poderes Executivo e Judiciário, TCE e Ministério Público passaram a disponibilizar em meios eletrônicos de acesso público, com atualização diária, informações detalhadas das receitas arrecadadas e despesas realizadas, no Portal Prestando Contas.

[www.prestandocontas.sc.gov.br](http://www.prestandocontas.sc.gov.br)



## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**NELSON ANTÔNIO SERPA**  
SECRETÁRIO

### DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

**ADRIANO DE SOUZA PEREIRA**  
DIRETOR

Centro Administrativo do Governo  
Rodovia SC 401 - Km 05 - Nº 4600  
Cep: 88032-005 – Florianópolis – SC

[www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)